



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0325336-7

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Estácio Mariano de Oliveira Filho

RELATOR: Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

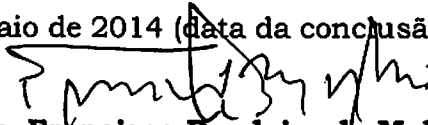
RELATOR P/ ACÓRDÃO: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. MAJORAÇÃO DE *ASTREINTES*. INADEQUAÇÃO EM FACE DAS PECULIARIDADES DO CASO. RECURSO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS. 1. É de ser mantido o preceito cominatório no valor originariamente fixado (multa diária de R\$ 1.000,00), visto que o equipamento a ser fornecido pelo Estado ao impetrante demanda aquisição a terceiro mediante o competente procedimento administrativo, já em curso, pelo que não se visualiza, ao menos no contexto presente, recalcitrância idônea a ensejar a majoração das *astreintes*. 2. Agravo Regimental provido, por maioria de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente Agravo Regimental interposto nos autos do Mandado de Segurança nº 0325336-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em dar provimentos ao recurso, nos termos dos votos constantes das notas taquigráficas, que integram o acórdão.

Recife, 28 de maio de 2014 (data da conclusão do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator para o acórdão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 0000593-93.2014.8.17.0000
(0325336-7)**

AGRAVANTE: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: ESTÁCIO MARIANO DE OLIVEIRA FILHO

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental contra o despacho de fls. 114-115 que majorou para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) o valor a multa diária em face do descumprimento da decisão exarada às fls. 28/35 do presente *mandamus*, determinando a intimação pessoal do impetrado para se manifestar sobre o descumprimento e para fornecer em 48 (quarenta e oito) horas a "BOMBA DE INSULINA DE INFUSÃO CONTÍNUA PARADIGM REAL TIME, MARCA MEDTRONE, MODELO MMT 722, juntamente com os medicamentos e insumos prescritos pela médica, fls. 19/20, que se fazem necessários para o adequado funcionamento daquela, até que outro tratamento lhe seja prescrito", sob pena das demais sanções cabíveis, incluindo as providências do art. 26 da Lei nº 12.016/09 c/c o art. 40 do Código de Processo Penal.

Às fls.123-124, em petição datada de 20 de março de 2014, o Estado de Pernambuco pleiteia a reconsideração da decisão que majorou a multa diária de R\$ 1.000,00 para R\$ 5.000,00, pugnando pela exclusão da multa diária, bem como dilação do prazo de mais 30 dias para o cumprimento, alegando que o medicamento estaria em fase de compra.

Irresignado com a decisão singular proferida por esta relatoria, o Estado de Pernambuco ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, que não houve comprovação de recalcitrância por parte do Estado de Pernambuco para que houvesse a majoração exorbitante do valor das *astreintes*.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, se retrate da decisão vergastada.

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada por conseguinte, seja julgada improcedente a demanda.

A Douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer, opinou pela denegação da segurança pela ausência de prova inequívoca da imprescindibilidade dos materiais e equipamentos solicitados.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 21 de 05 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 0000593-93.2014.8.17.0000
 (0325336-7)**

AGRAVANTE: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: ESTÁCIO MARIANO DE OLIVEIRA FILHO

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

“O impetrante, através da petição de fls. 97/103, noticia que, apesar de intimado, o Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco não cumpriu a decisão de fls. 28/35.

Em face disso, intime-se, pessoalmente, o impetrado para se manifestar sobre o descumprimento da decisão exarada às fls. 28/35 do presente mandamus e fornecer ao impetrante, em 48 (quarenta e oito) horas,) "a BOMBA DE INSULINA DE INFUSÃO CONTÍNUA PARADIGM REAL TIME, MARCA MEDTRON, MODELO MMT 722, juntamente com os medicamentos e insumos prescritos pela médica, fls. 19/20, que se fazem necessários para o adequado funcionamento daquela, até que outro tratamento lhe seja prescrito", sob pena de incidência de multa diária, que neste ato majoro para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e das demais sanções cabíveis, incluindo as providências do art. 26 da Lei nº 12.016/09 c/c o art. 40 do Código de Processo Penal.

Rafael Machado da C. Cavalcanti
 Desembargador

Ao mesmo tempo, intime-se a impetrante para que apresente o orçamento dos equipamentos/medicamentos que não estão sendo fornecidos corretamente pelo Estado com o objetivo de embasar eventual seqüestro de verbas públicas para garantir a efetividade da decisão judicial, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. MEDIDA EXECUTIVA. POSSIBILIDADE, IN CASU. PEQUENO VALOR. ART. 461, § 5.º, DO CPC. ROL EXEMPLIFICATIVO DE MEDIDAS. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRIMAZIA SOBRE PRINCÍPIOS DE DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO. NOVEL ENTENDIMENTO DA E. PRIMEIRA TURMA.

1. O art. 461, §5.º do CPC, faz pressupor que o legislador, ao possibilitar ao juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas assecuratórias como a "imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial", não o fez de forma taxativa, mas sim exemplificativa, pelo que, *in casu*, o seqüestro ou bloqueio da verba necessária ao fornecimento de medicamento, objeto da tutela deferida, providência excepcional adotada em face da urgência e imprescindibilidade da prestação dos mesmos, revela-se medida legítima, válida e razoável.

2. Recurso especial que encerra questão referente à possibilidade de o julgador determinar, em ação que tenha por objeto o fornecimento do medicamento RI-TUXIMAB (MABTHERA) na dose de 700 mg por dose, no total de 04 (quatro) doses, medidas executivas assecuratórias ao cumprimento de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela proferida em desfavor da recorrente, que resultem no bloqueio ou seqüestro de verbas do ora recorrido, depositadas em conta corrente.

3. Deveras, é lícito ao julgador, à vista das circunstâncias do caso concreto, aferir o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas as hipóteses fáticas. Máxime diante de situação fática, na qual a desídia do ente estatal, frente ao comando judicial emitido, pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida do demandante.

4. *omissis*

5. *omissis*

6. Outrossim, a tutela jurisdicional para ser efetiva deve dar ao lesado resultado prático equivalente ao que obteria se a prestação fosse cumprida voluntariamente. O meio de coerção tem validade quando capaz de subjugar a recalcitrância do devedor. O Poder Judiciário não deve compactuar com o proceder do Estado, que condenado pela urgência da situação a entregar medicamentos imprescindíveis proteção da saúde e da vida de cidadão necessitado, revela-se indiferente à tutela judicial deferida e aos valores fundamentais por ele eclipsados.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

7. *In casu*, a decisão ora hostilizada importa concessão do bloqueio de verba pública diante da recusa do ora recorrido em fornecer o medicamento necessário à recorrente.

8. Por fim, sob o ângulo analógico, as quantias de pequeno valor podem ser pagas independentemente de precatório e a *fortiori* serem, também, entregues, por ato de império do Poder Judiciário.

9. Agravo Regimental desprovido.

(STJ. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL nº 1002335 / RS. Relator(a): Ministro LUIZ FUX. Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento: 21/08/2008)"

Incabível a exclusão ou redução da multa diária, visto que as astreintes têm o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor foi majorado de R\$ 1.000,00(mil reais) para R\$ 5.000,00(cinco mil reais), estando de acordo com os parâmetros utilizados em casos análogos, pois a decisão liminar ainda não foi cumprida.

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO do presente Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.


Rafael Machado da S. Cavalcanti
Desembargador



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 28.05.2014
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 325336-7 –
AGRAVANTE : ESTÁCIO MARIANO DE OLIVEIRA FILHO
AGRAVADO : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DESEMBAGADOR RAFAEL MACHADO

ADIADO A PEDIDO DO DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MAIO DE 2014, APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO REGIMENTAL. VOTARAM COM O RELATOR OS EMINENTES DESEMBARGADORES: JOSÉ IVO GUIMARÃES E ALFREDO JAMBO. AGUARDAM O VOTO-VISTA DO EMINENTE DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO OS EMINENTES DESEMBARGADORES: FRANCISCO TENÓRIO, JORGE AMÉRICO, ERIK SIMÕES, ANDRÉ GUIMARÃES E ITAMAR PEREIRA.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

VOTO DE VISTA

Senhores Desembargadores, Senhor Procurador de Justiça, a matéria de fundo é um mandado de segurança em que o impetrante pede o fornecimento da bomba de monitorização contínua e infusora Paradigma Realtime, modelo 722. Eu registro de logo as minhas escusas ao eminente Relator porque, na ementa em que Sua Excelência fez distribuir, resta explícito que se trata de agravo regimental contra o despacho de folhas 114/115, que majorou para cinco mil reais o valor da multa diária em face do descumprimento da decisão exarada às folhas 28/35 deste *mandamus*.

Em retrospecto, portanto, o mandado de segurança foi impetrado em janeiro de 2004. Houve o deferimento da liminar por Sua Excelência Desembargador Rafael, em 28 de janeiro e houve, em sequência, a interposição de um primeiro agravo regimental por parte do Estado de Pernambuco atacando o mérito da decisão, vamos dizer assim, qual seja o que determinou o fornecimento da bomba de bomba de monitorização e infusão em caráter liminar. Este agravo regimental ainda se encontra pendente de julgamento.

Em sequência à remessa dos autos à Procuradoria de Justiça, o impetrante peticionou assinalando o descumprimento da medida liminar, o que ensejou, então, a prolação da decisão ora agravada que majorou de mil reais para cinco mil reais o valor das astreintes.

De modo que eu peço escusas ao Desembargador Rafael, creio que a minha pergunta e que gerou a discussão na assentada passada versava sobre as características pessoais do impetrante e o conteúdo do laudo médico, muito embora, a rigor, não seja este o objeto da irresignação agora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Só astreintes.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

É só astreintes. Em relação às astreintes, o que, a meu ver, merece realce é a circunstância de que, mesmo antes, não, contemporaneamente, não na mesma data, mas, contemporaneamente à interposição do regimental ora em julgamento, o Estado de Pernambuco fez juntar aos autos ofício da Secretaria de Saúde em que o gerente de acompanhamento judicial, Dr. Diogo Medeiros Guedes, informa que a bomba de infusão contínua descrita, modelo 772, mais medicamentos, mais insumos, encontram-se em fase de compras junto à Gerência de Compras de Medicamentos e Insumos desta Secretaria de Saúde. Tendo em vista essa informação, é que o eminente Relator não considerou, e, aí, não considerou explicitamente a abordagem expressa no voto do eminente Relator, por considerar que esta informação não era suficiente para afastar a nota de descumprimento por parte do Estado de Pernambuco.

De minha parte, com as vênias de estilo, eu entendo que esta informação, em conjunto com o valor já fixado originariamente de mil reais que se harmoniza na média com o que normalmente se aplica a título de astreintes, penso eu que, na minha visão, não se justifica, pelo menos ainda, a majoração da multa para cinco mil reais.

Anotando, para finalizar, que essa aparelhagem difere do uso do medicamento. Normalmente é certo que se não pode comprar em grande quantidade aqueles menos comuns, vamos dizer assim, mas esta bomba certamente não faz parte de nenhuma atividade de rotina do serviço público de modo que precisa ter o procedimento de, no mínimo, de dispensa de licitação para a sua aquisição.

Nesse contexto e levando em conta, ainda, a pendência do agravo regimental, não que ele seja suspensivo, não o é, mas, em relação à discussão de mérito, eu não tenho como abstrair de todo essa circunstância de que, na discussão de mérito, haverá discussão, haverá certamente divergência quanto à necessidade e adequação do fornecimento da bomba, apesar de fazer por lealdade, por ser verdadeiro o meu sentimento, a minha percepção e influenciá-la, mas, por essas circunstâncias todas, o paciente tem trinta e poucos anos, sofre de diabetes há bastante tempo, de modo que, com essas considerações, pedindo vênias ao Relator, o meu voto é dando provimento ao regimental para manter as astreintes em mil reais, tal como originariamente estabelecido.

A
2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Senhor Presidente, eu peço a palavra.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Pois não.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Desembargador Bandeira de Mello, Vossa Excelência manuseou os autos principais ou apenas os autos do agravo regimental?

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Não, eu li todos os autos. Os autos por inteiro.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Manuseou. E Vossa Excelência se referiu que o impetrante conta com trinta e oito anos de idade e é portador de diabetes há bastante tempo. Certamente é diabetes tipo 1, que é aquela que se herda, que já se nasce com ela. Em tese, mais grave do que a do tipo 2, que é aquela que se adquire normalmente em razão de fatores como obesidade ou sedentarismo. Afora isso, quais são as condições pessoais do paciente. Eu pergunto e Vossa Excelência compreenderá a minha pergunta: enquadra-se o impetrante naquelas condições em que nós idealizamos para os beneficiários dessa bomba, ou seja, incapazes, pessoas que não têm como aferir a taxa glicêmica, que são incapazes de aplicar insulina, de aplicar ou de se autoaplicar? Ele tem outras patologias associadas, combinadas? Quais são as reais condições do paciente? Eu pergunto e alguém pode dizer "ora, nós estamos em sede de agravo regimental com limites objetivos delimitados, estamos discutindo aqui apenas as astreintes", mas o agravo regimental é um pedido de reconsideração. Eu particularmente estou disposto a ir mais longe, porque é um pedido de reconsideração que se faz ao órgão julgador. Eu não me sinto tolhido para me circunscrever apenas a apreciar quantitativamente o valor das astreintes. Por isso que eu peço licença a Vossa Excelência para fazer essa indagação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Senhor Presidente, Com a permissão de Vossa Excelência, eu registrarei, buscarei na ordem responder às indagações. O paciente, no momento da impetração tinha 33 anos e sofre, segundo o seu médico, de diabetes infantil há 12 anos, portanto deste os 19 anos. Não há qualquer evidência, nem mesmo a alegação de que o paciente tenha qualquer dificuldade intelectual ou de qualquer natureza para efetuar a autoadministração da insulina. A justificativa dada pelo médico para a bomba é de que o paciente vem apresentando complicações crônicas desta doença de forma precoce. Lerei e, aqui, é o fundamento. Toda a discussão remete a esses três parágrafos do laudo médico. Anota: primeiramente iniciou o quadro de nefropatia diabética, ou seja, é comprometimento dos rins mas, como derivação da patologia primária, que é a diabetes. Com a alteração da função renal, posteriormente evoluiu para retinopatia diabética, com perda parcial da visão do olho esquerdo. Apresenta níveis glicêmicos de difícil controle, mesmo usando diversos esquemas de insulina. Ele prossegue e recomenda a monitorização contínua.

Eu não me sinto tão à vontade como Vossa Excelência colocou para ir além do que é objeto de ataque deste agravo regimental, mas observo e, aí, dando mais concretude à percepção que adiantei na minha intervenção primeira, para mim, pessoalmente, essa descrição do quadro de complicação não evidencia se isto decorre realmente da impossibilidade do paciente de controlar a sua diabetes como todos ou se isso decorre do *modus vivendi* do paciente, porque, voltando à distinção já feita em mais de uma oportunidade, a bomba de infusão, na parte de infusão, não difere, em essência, da autoadministração. A alteração de substância do regime de tratamento está em que esta bomba não apenas é de infusão, mas é também de monitorização contínua e promove controles glicêmicos de cinco em cinco minutos e transmite, via rádio, para um aparelho que apita se a curva de insulina apresentar os níveis tidos fora dos parametrizados.

O meu entendimento tem sido de que, na linha de precedentes, eu tenho, aqui, dois do STJ, relativamente recentes, e um deles específicos desta bomba de insulina, que, em caso que tais, esta mera referência médica não dá ao julgador conforto suficiente para examinar se ela é realmente necessária porque aquela diabetes é impossível de controlar sem a monitorização contínua ou, se, na verdade, é uma diabetes de difícil controle porque o paciente não buscar adaptar a sua vida às limitações da doença.

Então, o que existe nos autos é isso. O Estado de Pernambuco ataca a hipossuficiência, anotando que o impetrante não seria hipossuficiente. Eu sei que o Desembargador Fernando Cerqueira eventualmente considera esse aspecto, particularmente não privilegio o aspecto da hipossuficiência ou não, embora também não o desconheça, e o que me pareceu dos autos é isto: é um jovem de 33 anos que sofre de diabetes há 12 anos, há bastante tempo, todavia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

eu não sinto, aqui, deste laudo, com este perfil, eu, pessoalmente não tenho condições de avaliar se, por alguma outra razão que não a da idade, que não a da sua circunstância pessoal, se, por alguma outra razão, ele merece um tratamento diferenciado da generalidade de outros portadores de diabetes e, assim, receber o investimento de uma bomba monitorização contínua.

Penso, espero, Desembargador Jorge Américo, ter... (interrompido).

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Estou satisfeito com as informações de Vossa Excelência e adianto que acompanharei Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Até porque há a peculiaridade de ter perda parcial da visão, acho que isso aí, nós podemos avançar depois.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Eu vou me adstringir aos limites objetivos do regimental.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Estamos nas seguintes circunstâncias: o voto do Relator é negando provimento ao agravo regimental, que foi em relação às astreintes, e foi seguido pelos Desembargadores José Ivo e Alfredo Jambo; Desembargador Bandeira de Mello vota agora dando provimento para manter os astreintes originários de mil reais. Quem falta votar? O Desembargador Francisco Tenório não está presente. Desembargador Jorge Américo, como vota Vossa Excelência?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Eu acompanho a divergência inaugurada pelo Desembargador Bandeira de Mello.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

Também acompanho a divergência, Senhor Presidente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Senhor Presidente, eu particularmente não sou à majoração de astreintes. Eu acho que astreintes é uma forma de coação à Fazenda Pública, mas majorar de um para cinco mil, para dez mil, eu acho que é uma medida processual lícita, mas o STJ, em recurso repetitivo, já decidiu nesta questão de saúde, no RESp 1069810, do Rio Grande do Sul, no caso de fornecimento de saúde. A ementar está assim posta:

"Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação".

Então, eu acho que, nessas hipóteses, muito mais interessantes do que está majorando para cinco, dez mil, é saber o valor e determinar o bloqueio dos valores necessários.

De sorte, aliás, essas medidas eu já adotei quando juiz de vara cível por diversas vezes, quando havia recalcitrância dos planos de saúde. Ao invés de majorar, eu determinava o bloqueio do valor necessário à aquisição dos medicamentos ou de outros procedimentos médicos necessários.

De sorte que eu acompanho a dissidência, pela manutenção do valor da multa. Só para esclarecer, eu votei de acordo com a dissidência para reduzir e manter... (interrompido).

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Eu votei de acordo com a dissidência para reduzir e manter o valor original de mandado de injunção reais. Dar provimento ao regimental.

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA JÚNIOR

Senhor Presidente, eu gostaria rapidamente de tecer um breve comentário a respeito das palavras do Desembargador André Guimarães porque a apreensão de valores nas contas do ente público para fazer valer a decisão judicial é um dos meios postos à disposição dos juízes. O outro é o aumento ou não das astreintes, que é permitido pelo 461, do Código de Processo Civil. Então, eu acho que todas as duas construções são eficientes. Parece que a postura adotada pelo Superior é a que mais seria viável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Nas circunstâncias do caso concreto, eu vou pedir vênia ao eminente Relator para acompanhar a dissidência, mas só queria fazer mais um ligeiro comentário para que fique à reflexão, se alguém entender que assim deva fazê-lo, que seria essa postura que o Desembargador Jorge Américo queria adotar no sentido de ampliar o objeto do regimental, o alcance do regimental, mesmo existindo um regimental anterior que discutiria propriamente o mérito e não exclusivamente o aumento das astreintes. É de se verificar a possibilidade inclusive de o recurso anterior ser intempestivo. E, nesse caso, se nós expandíssemos o objeto desse segundo regimental, poderíamos estar acatando posturas já preclusas.

Então, eu tinha essa preocupação e acredito que, no primeiro momento, não seria possível se adotar essa postura por essa Corte. É só para reflexão, mas eu acompanho a dissidência, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Senhores, eu vou anunciar, está cinco a três para dar provimento, ou seja, mesmo com o voto faltante, que é o do Desembargador Tenório dos Santos, será dado provimento. Então, eu vou anunciar o resultado para acelerar.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES RELATOR, JOSÉ IVO E ALFREDO JAMBO, FOI DADO PROVIMENTO AO REGIMENTAL MANTENDO-SE AS ASTREINTES NO VALOR ORIGINAL. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 21/05/2014
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 325336-7
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO: ESTÁCIO MARIANO DE OLIVEIRA FILHO
RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO: FLS. 162/163 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR: FLS. 164/165 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Sua Excelência, o Relator, nega provimento ao Agravo Regimental do Estado, do Secretário de Saúde, em relação a duas pretensões estatais que foram: deferimento de Bomba de Insulina de Infusão Contínua PARADIGM REAL TIME, MARCA MEDTRON, MODELO MMT 722, que foi deferido por Sua Excelência e em relação à Majoração das Astreintes.

A matéria está em discussão.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Senhor Presidente, mais uma vez, sem prejuízo de prosseguir a discussão, mas, para fins de simplificação, eu lembrando ao Colegiado que: a última vez que julgamos no mérito o fornecimento desta, aliás, as duas últimas vezes em processo de minha relatoria e seguranças restaram denegadas por unanimidade de votos, tendo em vista a circunstância que, nos casos em que eu trouxe, tratava-se de pessoas em plena condição de autoadministrar a Insulina.

De modo que, para melhor examinar, porque existem casos, a exemplo de crianças, sobretudo, idosos que não têm condição de autoadministrar Insulina, o Tribunal tem, pela linha da discussão tratada na Sessão Pública com os Profissionais Médicos trazidos pelo Estado de Pernambuco e pelo Núcleo NATIS, salvo engano meu de memória, ficou, mais ou menos, convencido de que o fornecimento da Bomba se restringiria a essas hipóteses em que o paciente não tem condição de se autoadministrar.

Apenas, para melhor análise, sem prejuízo da discussão, eu me disponho a pedir vista dos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Como, realmente, a matéria tenha sido fruto de um acordo de todos os integrantes, vou indagar ao eminente Relator a faixa etária do paciente e impetrante.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

Também, Senhor Presidente, se ele tem algum defeito de discernimento, essas questões são fundamentais.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Não só a faixa etária, como também se ele tem alguma restrição a autoadministrar a Insulina, sendo indispensável a Bomba da Medtrone Modelo MMT 722.

Fiz a indagação, Desembargador Bandeira, porque eventualmente os esclarecimentos possam prescindir do pedido de vista a depender do que possa ser esclarecido.

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Não sei, Senhor Presidente, se é possível ler o laudo, para ver se o laudo médico esclarece a situação clínica do impetrante.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Complementaremos a pergunta, tão logo Sua Excelência consiga desvencilhar das outras questões já postas.

DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO (RELATOR)

Desembargador Presidente, ele é casado e industrial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

Qual a idade dele?

DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO (RELATOR)

Tem aqui: nascido em 04/04/78.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

O laudo médico deve estar aí nos autos, deve ser a prova pré-constituída, diz as condições de saúde dele, se ele tem um problema de entendimento, algum problema de saúde mental, inviabilidade de autoministrar o medicamento, com a Insulina, para ele é indispensável esse equipamento, com 36 anos de idade?

DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO (RELATOR)

"O paciente Ricardo de Souza Barbosa foi submetido a uma orquiectomia bilateral, necessitando, portanto, de reposição hormonal permanente com o uso de remédio injetável a cada três meses."

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

Presidente, de qualquer sorte, questões hormonais podem interferir no entendimento. Acho interessante, é uma sugestão minha, sob o crivo de Vossa Excelência, o Desembargador que pediu vista leve o processo, para evitar ... (interrompido).

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Alguém quer antecipar voto?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Vou antecipar meu voto porque meu voto difere tanto do voto do Desembargador Bandeira como também do voto do Desembargador Jorge Américo.

A meu ver, não há necessidade de se confirmar questões de idade ou da condição física da pessoa para que possa receber esse instrumento. E, pela leitura do laudo, dito pelo Desembargador Rafael, está dizendo que há necessidade permanente da reposição hormonal.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Desembargador José Ivo, Vossa Excelência me permite um aparte? Até me preocupou a informação trazida pelo Desembargador Rafael, porque me pareceu, pelo menos à primeira vista, que a doença referenciada não tenha a ver com a administração de Insulina. É outra doença, talvez até ele tenha, mas apenas que eu queria acautelar, vamos dizer assim, Vossa Excelência por essa linha de raciocínio, porque a essencialidade diz respeito à reposição hormonal, não à infusão de Insulina que não é de três em três meses. Aqui, o médico determinou a reposição hormonal de três em três meses, o que é incompatível com a própria rotina do diabético para quem serve a bomba.

Era só essa observação que eu gostaria de fazer a Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

Mas eu gostaria de ter um esclarecimento: a preocupação de Vossa Excelência com a questão temporal permanente é até o fim da vida, e hormonal são questões metabólicas de funcionamento que atinge até o cerebelo, o cérebro como um todo e até o entendimento do ser humano. Essa preocupação que me fez. Houve a leitura de algum esclarecimento, Vossa Excelência se pôs a favor do paciente, eu sempre fui a favor dessas questões.

Não sei se posso adiantar meu voto?

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Pode.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

Estou de acordo com o pensamento do Desembargador José Ivo. O Estado deve pagar essa bomba neste caso.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Tem mais alguém querendo adiantar voto?

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Vou concluir, Excelência, por conta dessas afirmações, com a devida vênica, eu posso até refluir. Nós todos temos o direito de refluir com a apresentação do voto do Desembargador Bandeira. Então, neste primeiro momento, eu acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

O Desembargador Bandeira vai manter o pedido de vista. Eu aguardo.

DECISÃO

"APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO REGIMENTAL, ACOMPANHADO DOS DES. JOSÉ IVO E ALFREDO JAMBO, PEDIU VISTA O DES. FRANCISCO BANDEIRA. AGUARDARÃO O VOTO-VISTA, EM CONDIÇÕES DE VOTAR OS DESEMBARGADORES FRANCISCO TENÓRIO (DES. RICARDO PAES BARRETO), JORGE AMÉRICO, ERIK SIMÕES, ANDRÉ GUIMARÃES E ITAMAR PEREIRA."
